



MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gabinete do Prefeito

Itapemirim-ES, 02 de dezembro de 2019.

OF/GAP-PMI/Nº. 264/2019.

Ao Exmº. Sr.

MARIEL DELFINO AMARO

Presidente da Câmara Municipal de Itapemirim

Rua Adiles André s/nº, Serramar – ES

CEP: 29.330.000

Itapemirim-ES

Encaminha-se o presente instrumento a Vossa Senhoria, o Projeto de Lei anexo, que dispõe sobre autorização de celebração de convênio com a Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo – ARSP e Revogação das Leis 3.156 e 3.157 de 22 de agosto de 2019, em **SUBSTITUIÇÃO** ao Projeto de Lei nº 82/2019, de finalidade equivalente, protocolizado no dia 26/11/2019, sob o número 1168/2019 e Processo número 1125/2019”.

Informa-se que a presente substituição se faz necessária em razão de adequações imprescindíveis no texto do r. Projeto de Lei.

Desta forma, requer a tramitação do presente dentro dos termos do regimento interno desta nobilíssima Casa de Leis, no rito de **URGÊNCIA ESPECIAL**, permitindo a todos os ilustres edis componentes da atual legislatura a adequada avaliação de seu conteúdo, da qual espera-se a aprovação.

Reiteramos, na oportunidade, a Vossa Excelência e a seus Pares, os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

THIAGO PEÇANHA LOPES
Prefeito de Itapemirim

THIAGO PEÇANHA
LOPES:10919812724

Assinado digitalmente
por THIAGO PEÇANHA
LOPES:10919812724
Data: 2019.12.02
11:39:23 -0200



MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gabinete do Prefeito

MENSAGEM Nº 169, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019.

Submeto à apreciação dessa Colenda Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com a Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo – ARSP e revoga as Leis 3.156 e 3.157, ambas, de 22 de agosto de 2019, nos termos em que especifica.

Considerando a instituição do Plano Municipal de Saneamento Básico, por meio da Lei Complementar 200, de 10 de janeiro de 2017, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para a execução dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem, no âmbito do Município, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal 11.445/2007, e sua regulamentação, bem como, a disposição contida na Lei Estadual 9.096/2008;

Considerando o modelo da prestação dos serviços adotados pela Lei Federal 11.445/2007, Decreto 7.217/2010 e da Lei Estadual 9.096/2008, possibilitando a delegação das atividades de prestação e regulação de serviços, na forma do Art. 241 da Constituição Federal, por meio da celebração de convênio de cooperação entre Entes Federados, e celebração de contrato de programa com dispensa de licitação com o concessionário estadual e regulação pela Agência de Regulação de Serviços Públicos ASRP – ES;

Faz-se mister registrar as Competências da ARSP, definidas pela Lei Complementar Estadual 827, de 31 de julho de 2016, especialmente em seus artigos 4º, 5º e 7º, *in verbis*:

Art. 4º A ARSP tem por finalidade, regular, controlar e fiscalizar, no âmbito do Estado do Espírito Santo, os serviços públicos de saneamento básico, infraestrutura viária com pedágio, energia elétrica e gás natural, passíveis de concessão, permissão ou autorização.

Art. 5º Na realização das competências definidas nesta Lei Complementar, a ARSP rege-se-á pelas seguintes diretrizes:



MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

I - garantir o cumprimento das exigências de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na prestação dos serviços públicos concedidos, permitidos e autorizados, submetidos a sua regulação, controle e fiscalização;

II - assegurar o cumprimento das normas legais, regulamentares e contratuais, o atendimento do interesse público e o respeito aos direitos dos usuários;

III - fixar critérios, indicadores, padrões e procedimentos de qualidade dos serviços públicos concedidos, no que couber;

IV - coibir a ocorrência de discriminação no uso e acesso aos serviços públicos concedidos;

V - proteger o consumidor no que diz respeito a preços, continuidade e qualidade da prestação dos serviços públicos concedidos;

VI - moderar e dirimir os conflitos de interesses, relativos ao objeto das concessões, permissões e autorizações dos serviços públicos concedidos, podendo se valer do apoio de peritos técnicos especificamente designados;

VII - aplicar metodologias que proporcionem a modicidade das tarifas nos serviços públicos concedidos, de titularidade ou de delegação por instrumento legal ao Estado, garantido o equilíbrio econômico e financeiro, para o prestador de serviço, bem como desenvolver estudos que propiciem subsídios a estudos tarifários para os setores regulados;

VIII - fiscalizar os serviços prestados considerando normas e procedimentos operacionais adequados;

IX - estimular a competitividade e a realização de investimento, de modo a garantir a melhoria do atendimento e adequação dos serviços às necessidades da população;

X - proteger os usuários contra o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da livre concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros;

XI - assegurar à sociedade amplo acesso às informações sobre a prestação dos serviços públicos regulados sob sua jurisdição e as atividades da ARSP, assim como a publicidade das informações quanto à situação dos serviços e aos critérios de determinação de tarifas;

XII - receber, apurar e encaminhar soluções relativas às reclamações de consumidores ou usuários dos serviços públicos concedidos, em especial de caráter geral ou coletivo;

XIII - articular-se com órgãos e entidades afins; XIV - exercer outras atividades correlatas que lhe sejam delegadas.

Art. 7º Compete ainda à ARSP, originariamente ou por delegação dos poderes competentes:

I - cumprir e fazer cumprir, no âmbito do Estado do Espírito Santo, a legislação específica, os convênios e os contratos afetos ao seu âmbito de atuação;



MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

II - regular, controlar e fiscalizar os serviços públicos regulados, no que lhe couber;

III - fixar, dentro de sua competência, normas, resoluções, instruções e recomendações técnicas e procedimentos relativos aos serviços regulados, observadas as diretrizes do poder concedente;

IV - disciplinar os contratos e convênios e padronizar os planos de contas a serem observados pelos prestadores dos serviços públicos concedidos;

V - instruir os concessionários, permissionários, delegatários, autorizados, consumidores e usuários sobre as suas obrigações legais, contratuais e regulamentares;

VI - fiscalizar a prestação dos serviços, com amplo e irrestrito acesso aos dados e informações técnicas, econômicas, financeiras e quaisquer outras, relativas ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, e serviços de infraestrutura viária com pedágio;

VII - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das tarifas cobradas pelas empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas;

VIII - observadas as diretrizes tarifárias definidas em regulamentação do Estado, fixar as tarifas e outras formas de contraprestação dos serviços, bem como os reajustes anuais e as revisões, tendo por objetivo assegurar tanto o equilíbrio econômico-financeiro da prestação do serviço como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam à eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade, no que couber;

IX - homologar, fiscalizar e regular, inclusive sobre questões tarifárias, os contratos de prestação de serviços de fornecimento de água no atacado ou de tratamento de esgoto celebrados entre o prestador estadual e outro prestador, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, e da legislação estadual pertinente;

X - atuar no sentido de impedir práticas abusivas que afetem os serviços públicos regulados, bem como receber, apurar e encaminhar soluções relativas às reclamações dos usuários;

XI - contratar, observada a legislação aplicável, serviços técnicos especializados, neles incluídas a perícia e a auditoria, e outros serviços necessários às atividades da ARSP;

XII - elaborar e editar por resolução o regimento interno;

XIII - praticar outros atos relacionados com sua finalidade, nos limites da legislação aplicável e das atribuições que, mediante convênios, lhe tiverem sido delegadas;

XIV - administrar seus bens e os empregos públicos do seu quadro de pessoal, na forma da lei; XV - fazer observar, pelos concessionários de geração, o funcionamento do sistema interligado no Estado;

XVI - homologar contratos pertinentes à geração, produção, transmissão, transporte e distribuição de energia celebrados pelos concessionários, permissionários e autorizados, com exceção dos contratos-padrão estabelecidos por normas técnicas comerciais;



MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

XVII - propor à autoridade competente alteração das condições e das áreas de concessão, permissão ou autorização de serviços de distribuição de gás natural, bem como a extinção dos respectivos contratos, quando necessário;

XVIII - exercer todas as demais atribuições legais delegadas pelo poder concedente, no que couber;

XIX - propor à autoridade competente mecanismos que provenham a devida competitividade do mercado estadual de energia limpa e sustentável em relação aos outros estados brasileiros.

O Governo Municipal apresenta, conforme justificativas precitadas, o presente Projeto de Lei visando melhorias nas condições da saúde pública e desenvolvimento econômico e social do Município, sob a égide de um planejamento estratégico e meta de universalização da coleta e tratamento de esgoto doméstico.

Para o conseguimento destes objetivos, necessário se faz que o Município seja autorizado a celebrar convênio com a sobredita Agência de Regulação, revogando-se as Leis 3.156 e 3.157, ambas de 22 de agosto de 2019, que alterou a estrutura tarifária e estabeleceu regulamento de serviços, praticados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE/Itapemirim, a fim de que se produzam efeitos perenes e alicerçados sob fundamentos inexoráveis, especialmente ensejadores do cumprimento dos Princípios Regentes da Administração Pública.

Diante do exposto, Senhor Presidente, submetemos o presente Projeto de Lei à consideração de Vossa Excelência e nobres Edis, e diante da extrema importância e impacto administrativo que exsurge sobre a matéria, espera-se que o mesmo alcance uma acolhida favorável, em virtude de representar um projeto que trata de relevante interesse público.

THIAGO PEÇANHA LOPES

Prefeito de Itapemirim

THIAGO PECANHA
LOPES:10919812724

Assinado digitalmente
por THIAGO PECANHA
LOPES:10919812724
Data: 2019.12.02
11:38:47 -0200



MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESPÍRITO SANTO – ARSP E REVOGA AS LEIS 3.156 E 3.157, AMBAS DE 22 DE AGOSTO DE 2019, NOS TERMOS EM QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DE ITAPEMIRIM, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições conferidas pela **Lei Orgânica do Município**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo – ARSP, CNPJ.: 26.064.356/0001-82, para o cumprimento do disposto na Lei Complementar 200, de 10 de janeiro de 2017 que estabeleceu o Plano Municipal de Saneamento Básico, bem como, de outros serviços públicos afins que possam ser objeto em razão da natureza da referida Agência de Regulação.

Art. 2º. Ficam revogadas as Leis 3.156 e 3.157, ambas de 22 de agosto de 2019, que alteraram, respectivamente, a estrutura tarifária e o regulamento de serviços praticados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE – Itapemirim, devendo-se utilizar, de forma repristinatória e em todos os seus termos, a estrutura tarifária e o regulamento de serviços praticados na forma da legislação anterior.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO PEÇANHA LOPES
Prefeito de Itapemirim

THIAGO PEÇANHA
LOPES:10919812724

Assinado digitalmente
por THIAGO PEÇANHA
LOPES:10919812724
Data: 2019.12.02
11:38:20 -0200